



ACTAS

TOMO II

**Património: Estudos, Defesa e Valorização
Turismo e Desenvolvimento Regional**

30 de Novembro a 2 de Dezembro de 2017

CASA DAS ARTES

ARCOS DE VALDEVEZ



Ficha Técnica

Título:

**Actas do 5.º Congresso Internacional
Casa Nobre – Um património para o futuro**

Edição:

Município de Arcos de Valdevez

Data:

Novembro de 2020

ISBN:

978-972-9136-87-0

[Título: Actas do 5.º Congresso Internacional Casa Nobre – Um Património para o Futuro
Arcos de Valdevez, 30 de Novembro a 2 de Dezembro de 2017]

[Autor: Vários]; [Co-autor(es):]; [Suporte: Eletrónico]; [Formato: PDF/PDF/A]

Turismo e Desenvolvimento Regional



REGIÕES VITÍCOLAS DO NORTE DE PORTUGAL – RECURSOS TURÍSTICOS

ANTÓNIO BARROS CARDOSO¹

Professor da Universidade do Porto - Faculdade de Letras
Departamento de História e Estudos Políticos Internacionais

email:

Sumário

As Regiões Vitícolas do Verde e do Douro sentiram desde muito cedo a importância civilizacional romana e cisterciense. As marcas da presença monástica materializaram-se em algumas das mais emblemáticas unidades produtivas de ambas as regiões. Importou-nos lembrar pontos comuns de um percurso milenar que podem ajudar a definir linhas estruturantes de percursos turístico assentes em recursos patrimoniais, materiais e imateriais, capazes de alimentar os fluxos turísticos crescentes no norte de Portugal.

Abstract

The vinicultural regions of Vinho Verde and Douro, have felt from a very early age, the importance of the Roman and Cistercian civilizations. The marks of monastic presence, materialized in some of the most emblematic production units of both regions it has imported us to remember common points of a millennial journey, that can help define structuring lines of tourist routes, based on patrimonial, material and intangible resources, capable of feeding the growing tourist flows in the north of Portugal.

1. INTRODUÇÃO

Nesta nossa participação no V Congresso Casa Nobre – Um património para o futuro, procuramos, no âmbito da secção temática consagrada ao Turismo, apreciar rotas turísticas nas regiões vinhateiras mais importantes do norte de Portugal – A Região do Douro e a Região dos Vinhos Verdes. Também aqui se aplica o princípio de que as fronteiras, mesmo entre regiões vinhateiras são uma criação da história política e, ao turista, passá-las implica somente compreender a essência das duas regiões, para perceber em qual delas se situa.

Relevamos também que as regiões vitícolas que prendem a nossa atenção se interpenetram sob o ponto de vista das rotas temáticas que possamos traçar para melhor as dar a conhecer ao viajante. Ou seja, se optarmos por uma rota baseada no património construído, por exemplo, em estilo românico, temo-lo em abundância nos dois espaços vinhateiros. O mesmo se passa com o Barroco ou com o Manuelino, etc. Então o que pode ser diferenciador nestas regiões vinhateiras, ao mesmo tempo atrativo para o turista e definidor de identidade de uma rota turística nas Regiões do Douro e dos Vinhos Verdes? Desde logo o património intangível – É diferente a paisagem agrária que nelas predomina.

¹ Presidente da Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho – APHVIN/GEHVID. Investigador do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória».

2. PAISAGEM AGRÁRIA NO VINHO VERDE

Na Região dos Vinhos Verdes predomina o minifúndio em cultura intensiva, paisagem agrária que resultou da necessidade permanente de se arrancar à terra os recursos necessários para alimentar a sua sempre numerosa população. Por isso, a vivência secular deste território deixou nele abundantes marcas de uma vitivinicultura ancestral e hoje importante mais-valia para a pujante indústria do turismo que, nos últimos tempos, tem contribuído decisivamente para a sustentabilidade económica do país.

Desde logo falamos de uma região vinhateira onde o cultivo do bacelo é conhecido pelo menos desde o século XII que, em alinhamento com o que sucedeu um pouco por toda a Europa, sofreu influência das corporações religiosas que por essa altura impulsionaram a produção vitivinícola regional. Ajudaram as condições edafoclimáticas do Entre Douro e Minho. Terra de águas abundantes que, a fazer fé num autor setecentista alimentavam cerca de vinte e seis mil fontes públicas, para além de um número equivalente de particulares e ainda muitos poços de água pura que ajudavam a fixar os lavradores à terra².

Região arrumada em anfiteatro voltado ao Atlântico, a proximidade da montanha e do mar definem assim este conjunto territorial³. Os cronistas do século XVIII descrevem esta terra como de “Primavera perpétua” que ajuda à longevidade de homens e à fertilidade das mulheres. Considera-lhes a robustez que lhes proporcionava iniciar o trabalho agrícola aos primeiros alvares da manhã, para só se aquietarem ao cair da noite⁴. Fala-se de solos pobres que o engenho dos habitantes soube enriquecer, estrumando e irrigando, construindo o primeiro património regional, a sua paisagem marcada por luxuriante vegetação. Apetece viajar a contemplar os traços característicos do património intangível. Contudo, a sua melhor compreensão implica que desçamos a uma das marcas maiores desse património que os nossos olhos contemplam, mas as nossas mãos não podem tocar e muito menos facilmente moldar.

2.1. Sistemas de condução e paisagem

Associada à Região dos Vinhos Verdes está a imagem da vinha armada em uveira, conhecida também por enforcado. De facto, abandonado o sistema de mergulhia mais próximo da plantação da vinha medieval estas formas de plantio do fruto de baco constituíram alternativa para fazer face às exigências do aumento da densidade populacional na região que exigiu a libertação da parte central dos campos para outras culturas. No foral de Guimarães, de 1517, já se percebe a existência de vinhas baixas na região⁵ e como, observou Alberto Sampaio, se não se pode dizer que, no século XVI, a transição do plantio de vinha baixa para vinha alta (de enforcado) se tenha generalizado, o processo já estaria em marcha⁶. Duarte Nunes de Leão parece confirmá-lo quando em 1610 escreveu: “em algumas partes desta região de Entre Douro e Minho se colhe [...] muito vinho do que chamam enforcado de que a gente plebea se sustenta...”⁷. Por outras palavras, o domínio da vinha tradicional armada em uveiras era já uma realidade nos alvares do

² COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, Porto, 1789 (edição fac-similada). Porto: Frenesi, 2001, p. 14.

³ GIRÃO, A. de Amorim – *Geografia de Portugal*. Porto: Portucalense, 1941, p. 386.

⁴ Rebelo da Costa diz encontravam-se no Entre-Douro e Minho muitos homens e mulheres de 90 e 100 anos. COSTA, Agostinho Rebelo da – *Descrição Topográfica e Histórica da Cidade do Porto*, Porto, 1789 (edição fac-similada). Porto: Frenesi, 2001.

⁵ SAMPAIO, Alberto – “O Presente e o futuro da viticultura no Minho. Estudo de economia rural”. In *Revista de Guimarães*, n.º 2, 1885, pp. 21-22.

⁶ Idem, *Ibidem*.

⁷ LEAO, Duarte Nunes de – *Descrição do Reino de Portugal / per Duarte Nunez do Leão, desembargador da casa da supplicação: dirigido ao... Sñor Dom Diogo da Sylva, Duque de Francavilla...* Lisboa: impresso com licença, por Jorge Rodriguez, 1610, fl. 66.

século XVII⁸. No decurso do reinado de D. João V, um decreto de 1715, em que se ordena o arrendamento do *uzual*⁹ do “... *vinho e carne em todo o reino...*”, é expressamente referido “Que os vinhos verdes que se produzem na Província do Minho que por serem de menos reputação mandey pagassem sòmente tres reis por canada, se entende daqueles vinhos que chamaõ de enforcado, & se daõ em arvores, sem cultura...”¹⁰ a confirmar as notícias anteriores. Se olharmos as Memórias Paroquiais de 1758, a forma tradicional, o *Enforcado*, está presente no espaço no plantio da vinha em terras de toda a Região dos Vinhos Verdes¹¹. Coabitam com ele outras formas que continuam a marcar a paisagem regional dos Verdes: A ramada, latada ou parreira, por exemplo, era armada segundo as posses do proprietário¹². Neste caso, a planta era, e ainda é, suportada no tronco principal por esteios ou tutores de pedra de lousa ou de granito, usando-se por vezes neste tipo de armação o ferro. Trata-se de um sistema de condução da videira, usado no sul, sobretudo nos arruamentos e caminhos principais das quintas, reservado para suportar qualidades de videiras como a Ferral, a Diagalves e outras destinadas a produzir uva de mesa¹³.

Contudo, quer as uveiras quer as ramadas foram e são mais frequentes no norte do país, embora não exclusivas, assumindo características mais altas ou mais baixas, mais horizontais ou oblíquas, em função da localização e finalidade da sua construção e ainda da perceção de que “... quanto mais próxima da terra estiver a uva, tanto mais doce é esta ultima e mais perfeita a sua maturação. A vinha, com estes sistemas de cultura, produz mais do que a vinha baixa (em bardo)...”¹⁴. Por exemplo, nas proximidades de Viana do Castelo, as ramadas eram tão baixas que “... sob elas mal se pode ter um homem curvado...”. Já em outros concelhos da região dos Vinhos Verdes, como por exemplo em Felgueiras e Lousada, a sua altura era mais do que suficiente para se poder passear debaixo delas “... regalo das quintas, onde ensombram no Verão os principais caminhos”¹⁵, os quintais, os pátios ou eidos, a entrada das habitações, os caminhos, ou cercando as hortas. De uma ou de outra forma, estas ramadas cobrindo congostas, caminhos de ligação entre propriedades ou decorando as entradas frontais às casas grandes das quintas agrícolas, confundindo-se com os jardins que por vezes lhe ficam a par, são ainda hoje traço típico da paisagem do noroeste de Portugal.

Se não possuímos dados para toda a Região dos Vinhos Verdes, pelo menos nas Sub-Regiões do Alto Minho e em particular na Sub-Região do Lima, sabe-se que o vinhedo se expandiu desde o século XVIII¹⁶, de forma tal que, em meados do século XIX, a região era classificada como vinhateira, substituindo áreas

⁸ APC-Arquivo do Paço de Calheiros – B-B-005-DOC-126-CX-47. Confirmamo-lo através da declaração de venda de uma bouça e uveiras que fizeram Gonçalo Martins e sua mulher, no ano de 1659, ao abade de São Vicente, António de Faria de Abreu.

⁹ Direito fiscal pago à coroa.

¹⁰ PORTUGAL. *Leis, decretos, etc., (D. João V) – Condições da noV. a forma com que Sua Magestade que Deos guarde pela Junta dos Tres Estados mandou se arrendasse o uzual do Vinho, & carne em todo o Reyno*. Lisboa, por Antonio Manescal Livreyro de Sua Magestade, 1715. - 6, [1] p.; 2.º (26 cm), fl. 3.

¹¹ CARDOSO, António Barros – *Vinho Verde – A Região, a História e o Património*. Porte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2016, pp. 202-206.

¹² COUTINHO, António Xavier Pereira – *Tratado elementar da Cultura da Vinha (cêpas europeas e cêpas americanas, granjeios, doenças da Videira)*. Lisboa: José António Rodrigues – editor, 1895, p. 352.

¹³ COSTA, B. C. Cincinato da – *O Portugal Vinícola...*, pp. XXV. III-XXIX.

¹⁴ COUTINHO, António Xavier Pereira – *Tratado elementar da Cultura da Vinha (cêpas europeas e cêpas americanas, granjeios, doenças da Videira)*..., p. 352.

¹⁵ COSTA; B. C. Cincinato da – *O Portugal Vinícola...*, pp. XXV. III-XXIX.

¹⁶ CAPELA, José Viriato Eiras – *Entre Douro e Minho, 1750-1830. Finanças, Administração e Bloqueamentos Estruturais no Portugal Moderno*, vol. 1. Braga: Universidade do Minho, (policopiado), 1987, p. 5.

de mato e pinheiro¹⁷. Nessa altura, o Vinho Verde era descrito como bebida refrigerante, por ser pouco alcoólica e, por isso, classificada de muito saudável, recomendando-se o seu consumo nomeadamente porque satisfazia a sede o bebedor, sem produzir “...os funestos efeitos da embriaguez, como acontece com os vinhos maduros”¹⁸.

Os cordões verticais ou bardos entraram na região dos Verdes no século XIX. Neste caso, a videira era podada de modo a formar espaldeira que se encostava a cordões de arame colocados no mesmo plano vertical, à distância de 50 centímetros uns dos outros, e as varas estendiam-se “...em direção oblíqua ou vertical, saindo do tronco, formando latadas de 1,50m a 2 metros de altura...”¹⁹. Hoje varia muito a forma como se conduz a videira em cordão. A finalidade é a de se conseguir casar tradição e modernidade. Ou seja, sem por em causa a qualidade dos vinhos verdes tradicionais, melhorando os sistemas de armação da vinha, ao mesmo tempo que se preserva o património intangível da região.

Para além do tradicional enforcado, surgem os arjões, a vinha em cruzeta que também se chamou em T, mantêm-se as Ramadas ou Latadas, predominando já o *Bardo*, vinha contínua baixa. Neste caso, estão os “monoplanos”, se as entrelinhas de videiras forem de distância inferior a 3 metros, podendo ser *ascendente*, se houver capacidade de mecanização ao nível de intervenções diretas sobre as videiras ou, na ausência delas podem ser *retombantes*. Importa ainda fazer referência aos “triplanos” ou “bi/triplanos” para entrelinhas de videiras superiores a 3 metros, conhecido por sistema *Lys*, que permite uma mais elevada capacidade de captação de energia pelas plantas e maior produtividade e qualidade das uvas.

2.2. Outras componentes do património intangível

A floresta está sempre presente na paisagem da Região, encima as montanhas e parte das encostas. Os pastos estão em plano inferior, ocupando a vinha a meia encosta a par dos campos de cultivo dos cereais e das leguminosas. É que, nesta área, a criação de gado foi e ainda é uma componente importante do mundo rural e por conseguinte da paisagem agrária. Esta construção da paisagem agrária tem também um sentido histórico que poderemos situar nos castros que pontearam o espaço do noroeste peninsular onde os Vinhos Verdes se implantaram. Muitos sentiram o poder civilizacional romano e a subsistência com base na caça e recolção, passou a assentar numa agricultura de meia encosta para a vinha e que, nos vales cultiva as leguminosas, os citrinos, aproveitando a riqueza húmica das terras para o cultivo da oliveira.

2.3. No Douro o contraste paisagístico

O património intangível no Douro é resultado igualmente de uma evolução milenar, remontando ao período romano, e são muitos os testemunhos desse passado que podem servir, como veremos mais adiante na definição de rotas cruzadas entre as duas regiões. A vinha aqui é cultura dominante, quase monocultura e arruma-se em torno do vale encaixado do Douro e pelas margens dos seus principais afluentes. Os homens escolheram as encostas mais ensolaradas e alcantiladas para que o fruto de baco beneficiasse o mais possível dos raios de sol. O bacelo ocupa todos os lugares, mesmo os mais inusitados, dando origem a uma paisagem evolutiva e viva que o tempo veio beneficiar com o galardão da UNESCO em

¹⁷ RODRIGUES, Henrique – “A Produção de Vinhos Verdes no Alto Minho e emigração oitocentista”. In *Vinho Verde – História, Economia Sociedade e Património*, APHVIN/GEHVID – Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho e Confraria do Vinho Verde, Porto, 2007, p. 192.

¹⁸ *Idem, Ibidem.*

¹⁹ COSTA, B. C. Cincinato da – *O Portugal Vinícola...*, pp. XXV. III-XXIX.

2001, ano da classificação do vinhedo duriense como Património Mundial da Humanidade. Esta distinção constitui em si um motivo de atração pelo Douro. Contudo não basta a paisagem, é preciso fazer chegar a quem visita as costas ensolaradas do Douro o esforço que gerações despenderam na construção do cenário que o Visconde de Vila Maior no século XIX já classificava de “Maravilhoso”.

3. EM AMBAS AS REGIÕES VINHATEIRAS FICARAM MARCAS DA PRESENÇA ROMANA

No território dos Verdes, à semelhança de outras regiões vitícolas continentais também ficaram marcas da influência da presença romana. Logo nos finais do século II a. C., os romanos alcançaram o território português e sabe-se que os *Pesuros* viviam a norte do Vouga até ao Rio Douro e possivelmente no interior, nas Serras da Freita, Arada ou mesmo de Montemuro. Se os *Calaicos* habitavam as margens do Douro junto do litoral, os *Brácaros* a bacia do Cávado e que os *Leunos* e os *Seurbos* ocupavam áreas delimitadas pelos rios Lima e Minho²⁰. Em 186 a.C. Décimus Junius Brutus passou o Douro e chegou ao *Lethes* (Rio Lima) que igualmente atravessou²¹ vencendo o mito de que, quem passasse as águas daquele rio, não mais se recordaria da pátria e dos amigos. O general romano parece que juntou a coragem necessária para vencer o medo, atravessou o rio e, da outra margem, incitou os seus soldados a fazerem o mesmo, provando de forma prática que não os tinha esquecido²². A lenda faz hoje parte do património imaterial da região e está invocada em Ponte de Lima:



Figs. 1-2 – Décimus Junius Brutus e soldados romanos (Ponte de Lima).

Ficou do sistema defensivo entretanto construído na região, o Castelo de Santa Luzia em Viana do Castelo²³ nomeado pelo templo *Lucisa di Siracusa*, martirizada no ano de 304, durante violenta perseguição aos cristãos e ordenada pelo Imperador Diocleciano²⁴. A capela foi edificada sobre um velho castro da Idade

²⁰ ALARCÃO, Jorge – *Portugal Romano*. Lisboa: Editorial Verbo, 1983, pp. 20-21.

²¹ Idem, pp. 34-37.

²² ALMEIDA, Carlos Brochado – *Ponte de Lima, Uma Vila Histórica do Minho*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2007, p. 56.

²³ Idem, *Ibidem*, p. 40.

²⁴ ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de – “*Para a História da Cidade Velha de Santa Luzia – sondagens arqueológicas realizadas na década de 90 do século XX*”. In *Cadernos Vianenses*, tomo 40, 2007, p. 43.

do Ferro em honra da protetora dos que padeciam dos olhos. Mais tarde, em tempos medievais, ocorreu a cristianização do lugar. Ficou a “Cidade Velha” a mostrar a mais recuada presença humana do lugar, importante ponto de atividade económica a norte do Douro que interagiu com povoados similares dispostos na orla costeira do Minho²⁵.



Fig. 3 – “Cidade Velha” ou Citânia de Santa Luzia – Viana do Castelo.

Mais a norte a presença romana fez-se igualmente sentir na Torre da Lapela. O registo arqueológico assim mostrou o monumento como estrutura defensiva da fronteira do Minho²⁶.



Fig. 4 – Torre da Lapela – Monção.

²⁵ ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de – *A exploração do sal na costa portuguesa a norte do Rio Ave – Da Antiguidade Clássica à Baixa Idade Média*. In “Seminário Internacional sobre o Sal Português”. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 137-170.

²⁶ ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de – “Sinais de Romanização na Torre de Lapela – Monção”. In *Portugália*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Nova Série, Vol. XXVI, 2005, pp. 119-148.

Se esta estrutura defensiva ganhou pela sua localização estratégica importância comercial, no plano das indústrias cerâmicas legadas pelos romanos à Região dos Verdes, uma visita aos vestígios que ficaram do oleiro *Munatius Treptus*. De resto, tudo indica que na primeira metade do século I e nos inícios do seguinte tenha havido em Bracara Augusta uma oficina que reproduzia a *terra sigillata*²⁷ cerâmica que se encontra documentada na Região dos Vinhos Verdes nas citânias de Sanfins e de Briteiros²⁸. Os principais museus da região guardam peças cerâmicas que nos remetem para este tempo.

A abundância aquífera da Região dos Vinhos Verdes foi percebida pelos romanos que tornaram abundante o seu uso agrário e compreenderam a valia terapêutica de algumas nascentes. Deuses indígenas como *Bormanicus* em Caldas de Vizela ou *Tameobrigus*, este com ara votiva achada na confluência do Tâmega com o Douro. *Durbedicus* era conhecido em Ronfe, Guimarães²⁹.

A presença cristã nesta região nota-se já no fim do império. No ano de 409, a Península foi invadida pelos Suevos, Alanos e Vândalos. Em 429 já os últimos dominavam a Galécia e precariamente a Lusitânia entre o Douro e o Tejo. No ano 464 o bispo ariano Ajax veio à Galécia e converteu o rei Remismundo. Mais tarde (550) São Martinho, vindo do oriente fixa-se em Dume, uma freguesia do Concelho de Braga. Coube-lhe a tarefa maior de converter os Suevos ao catolicismo, realizando-se um concílio em Braga, no ano de 561. Em 572, nova reunião conciliar teve lugar. Desta vez em Bracara Augusta, na qual se percebe a existência de um outro bispado, bem no coração da Sub-Região do Sousa, o bispado de Meinedo (Magnetum)³⁰, hoje uma freguesia do Concelho de Lousada, situada muito próximo das vinhas do Mosteiro Beneditino de Bustelo. De resto, em 582, o bispo de Meinedo transferiu a sede de bispado para *Portucale Castrum Novum*, local embrião da atual cidade do Porto³¹.



Fig. 5 – Igreja de Santa Maria de Meinedo – Lousada.

²⁷ Idem, pp. 145-146.

²⁸ Idem, pp. 149-150.

²⁹ Idem, pp. 173-174.

³⁰ Idem, pp. 191-192.

³¹ PERES, Damião – *História da Cidade do Porto – Origens do Porto*. Porto: Portucalense Editora, Vol. 1, 1962, p. 61.

4. CISTER NA VITIVINICULTURA DOS VINHOS VERDES

Mais tarde a Região beneficiou do conhecimento vitivinícola dos monges de Cister. Sente-se a sua presença nos mosteiros de Santa Maria de Fiães, do Bouro e de Ermelo, fundados nos séculos XI e XII, casas que estenderam o seu interesse pela viticultura e pelo vinho às propriedades que também possuíam na Região do Douro³². O primeiro daqueles cenóbios, Santa Maria de Fiães, em Melgaço foi fundado no século IX. Documentalmente está comprovada a sua existência como casa beneditina desde 1142. Só por volta de 1194 terá adotado a reforma cisterciense. O seu vasto património fundiário estava distribuído pelo Alto Minho e pela vizinha Galiza. Coutado em 1157 à custa de doações régias, como a que lhe fez D. Afonso Henriques em 1173 outorgando-lhe tudo o que possuía, desde Melgaço até ao termo de Chaviães e daí até ao rio Minho. D. Sancho I fez-lhe igualmente a doação de “quatro casais e meio na vila de Figueiredo...” e D. Dinis, em 1320/21, avaliou os bens deste mosteiro, em território português, em quatrocentas libras. Dele ficou a igreja e sabe-se que serviu de hospedaria à rainha D. Filipa de Lencastre, quando acompanhou D. João I em função militar às terras fronteiriças de Melgaço, nas contendas contra os castelhanos. Mais tarde, em 1752, o Abade de Santa Maria do Bouro quando visitou Fiães, recomendou ao abade que mandasse fazer “duas cavas as mesmas vinhas em cada anno fazendolhe todas as mais benfeitorias e necessidades principalmente na mergulha de que muito necessitão”³³ com a finalidade de ultrapassar a fraca produção. Sinal de que a vinha era importante para os monges de Fiães e de que souberam disseminar na sua vasta área de influência o plantio da videira.

O Mosteiro de Santa Maria do Bouro, seguidor da regra beneditina, foi fundado na segunda metade do século XII. Em 1195 filiou-se em Ciste³⁴. É hoje aceite que a sua origem está ligada a um mosteiro habitado por eremitas, cujo orago foi São Miguel³⁵. Hoje a casa dos padres “Bernardos” faz parte da rede de Pousadas de Portugal depois de obedecer a um projeto de recuperação traçado pelo arquiteto Souto Moura. Esta antiga abadia localiza-se em terras muito férteis e por isso conheceu rápida prosperidade³⁶, contribuindo também para a difusão da cultura da vinha na sua área de influência.

Santa Maria das Júnias remonta ao século IX e abraçou também no século XIII as normas conviviais monásticas de São Bernardo³⁷. Santa Maria de Ermelo, em Arcos de Valdevez, foi igualmente nos seus primórdios seguidor da regra beneditina e a sua fundação ficou a dever-se à rainha Dona Teresa e terá acontecido nos inícios do século XII para no século seguinte adotar a filosofia cisterciense filiando-se no de Santa Maria de Fiães³⁸. Deste monumento somente estão bem conservados a Igreja românica e alguns vestígios do antigo claustro. Extinto em 1533 por ordem do Abade de Claraval, a igreja foi secularizada em 1560 e convertida em Igreja paroquial.

Estes embriões foram responsáveis pelo disseminar da vitivinicultura nas bacias dos rios que correm na Região dos Vinhos Verdes e que de certa forma influenciaram: o rio Minho pela abadia de Santa Maria de Fiães, o Lima pela abadia de Santa Maria de Ermelo e o Cávado por Santa Maria das Júnias e Santa

³² TEIXEIRA, Ricardo; SANTOS, Egídio (fotografia) – *Roteiro Cisterciense*. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 1998.

³³ MARQUES, Gonçalo Maia – *Do vinho de Deus ao Vinho dos Homens – O Vinho, os Mosteiros e o Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2011, p. 63 (tese de doutoramento policopiada).

³⁴ TEIXEIRA, Ricardo; SANTOS, Egídio (fotografia) – *Roteiro Cisterciense*. Porto: GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 1998.

³⁵ <http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/patrimonioimovel/detail/74590/>.

³⁶ CARDOSO, António Barros; SILVA, Francisco Ribeiro da – *Porto do Vinho, Port of Wine*. Porto: Civilização Editora, 2007, p. 39.

³⁷ Idem, *Ibidem*.

³⁸ Idem.

Maria do Bouro. Aí buscaram o seu sustento, conseguindo obter jurisdição própria sobre os terrenos agrícolas que garantissem aos irmãos os recursos de subsistência das comunidades, para além de darem satisfação às condições impostas pelos promotores/doadores. Por isso, não se estranham os processos de transferência das comunidades e muitas vezes do próprio mosteiro. Santa Maria de Bouro, inicialmente implantado no monte de São Miguel foi depois transferido para a Senhora da Abadia e só mais tarde para o local onde hoje se encontra. O mesmo terá sucedido com o mosteiro de Santa Maria de Ermelo, fundado primeiro no sítio de S. Pedro dos Arcos, atual freguesia de S. Pedro de Vale e mais tarde foi transferido para o Ermelo³⁹. Quer isto dizer que fizeram prospeção atenta o território onde estenderiam a sua influência no plano das técnicas agrícolas que dominavam e que disseminaram. Entre elas, a vinha tinha importância maior como se comprova igualmente pela sua presença noutras regiões vinícolas portuguesas como a do Oeste pela influência de Alcobaça, a do Dão pela presença dos cistercienses do mosteiro de Maceira do Dão e na região do Douro, aqui muito pela presença dos monges de São Pedro das Águias, Santa Maria de Salzedas ou São João de Tarouca⁴⁰. Contudo, até finais do século XI, os sinais da vitivinicultura nos mosteiros do norte de Portugal cingir-se-iam ainda ao plantio nas hortas, atrás das casas e raramente se encontrariam vinhedos, ou seja, a cultura sistemática da vinha só por exceção se poderia encontrar⁴¹.



Fig. 6 – Horizontes de Santa Maria de Ermelo sobre o Lima - Arcos de Valdevez.

5. NO DOURO – MARCAS COMUNS DA PRESENÇA CIVILIZACIONAL ROMANA E DAS ESTRUTURAS MONÁSTICAS MEDIEVAIS

O espírito dos turistas é marcado pelas experiências no território que visitam. As duas principais Regiões vitícolas do norte de Portugal – Vinhos Verdes e Douro – cruzam os mesmos caminhos de âmbito histórico e, apesar do muito que as singulariza há pontos de união. Se, com base no que até aqui dissemos esboçarmos para os Vinhos Verdes uma via de continuidade para o Douro, a experiência de quem nos visita só pode sair enriquecida. Vejamos, a mesma marca civilizacional da Idade do Ferro, ou

³⁹ NOGUEIRA, Sandra Conceição Silva – *O Mosteiro de Ermelo em Arcos de Valdevez. Um contributo para a sua história*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010, p. 25. (Dissertação de Mestrado em Arqueologia, policopiada).

⁴⁰ CARDOSO, António Barros – “Cister nas Quintas Históricas do Douro Vinhateiro”. In *Mosteiros Cistercienses – História, Arte, Espiritualidade e Património*, Tomo III, pp. 263-285.

⁴¹ MATTOSO, José – *O monaquismo ibérico e Cluny*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2002, p. 213.

seja a presença castreja é igualmente extensiva ao Douro. Se para o Minho está melhor estudada, bem o sabemos, não é pela ausência do fenómeno na região mas mais pelo isolamento a que foi votada ao longo dos tempos. Ademais, a forma de plantio da vide no Douro teve sempre por base a revolução das terras – os saibramentos – preparatórios do terreno arrumado em socalcos. Resultado: muitos dos elementos castrejos desapareceram irremediavelmente. Contudo, alguns servem de exemplo. É certamente o caso da “Quinta da Ribeira” uma *Villae* romana com ocupação garantida já no século I que, na sua génese, foi um povoado castrejo, embora o predomínio da cultura dos cereais não tenha aí deixado vestígios de instalações vinárias⁴². Diferente é o caso da “*Villae* da Fonte do Milho” os “*Castellum*” do mesmo nome, estação arqueológica existente no concelho de Peso da Régua e escavada em meados do século XX por Russel Cortez⁴³, recentemente alvo da atenção do respetivo município.



Fig. 7 – *Villae* da Fonte do Milho – Peso da Régua.

Em torno dos vestígios desta estação arqueológica, que foi poupada na sua maior parte aos saibramentos a que se procedeu na Região do Douro ao longo de séculos, existem várias outras propriedades que certamente não foram poupadas à voragem do ferro do monte e mais recentemente das máquinas empregues na preparação das terras para a cultura do bacelo⁴⁴.

Subindo o Douro, depois de vencida a foz do Rio Pinhão que dá nome à aldeia nascida onde se juntas as águas dos dois rios, como outro exemplo da presença castreja absorvida pela civilização romana, encontramos a Quinta do Noval. Até que as suas terras toquem as margens do rio Pinhão que corre a seus pés, fortemente encaixado, a propriedade é encimada pelo velho castro de Vilarinho de Cotas. A presença castreja (1.º milénio a. C.) foi assim a primeira influência no aproveitamento dos terrenos da quinta. Entre os séculos I e IV que os romanos se encarregaram da sua transformação. Abundam na área da Quinta do Noval as lendas em torno de tesouros e mouras encantadas que são transportadas pela palavra do povo,

⁴² *História do Douro e do Vinho do Porto*. Porto: Edições Afrontamento, Vol. I, p. 372.

⁴³ CORTEZ, Fernando Russel – “Escavações arqueológicas do Castellum da Fonte de Milho – Contributo para a demogenia duriense”. In *Anais do Instituto do Vinho do Porto*, 2 vols., pp. 53-88. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1951.

⁴⁴ Foi certamente o caso das propriedades de maior dimensão que se estendem pelas freguesias de Poiães, Canelas, Galafura e Covelinhas, servidas desde a antiguidades pela facilidade de travessia do Rio Douro na Folgosa, lugar fronteiro a esta última freguesia do concelho do Poso da Régua.

do século XVIII aos inícios do século XX e que passaram a ganhar expressão de algum realismo científico com as escavações efetuadas no velho castro por Ricardo Severo⁴⁵. Aí encontrou uma estrutura arquitetónica a partir da qual se compreendeu a evolução diacrónica ocupacional do sítio. No seu interior foi detetado um pequeno compartimento de paredes retilíneas, lajeado a um nível superior ao do solo firme e, num dos cantos desse compartimento, foi achado um *dolium* completo e vazio, tampado pela base de outro *dolium*. A par, a abertura de valas para o plantio de bacelos, pôs a nu outros vestígios que não deixam dúvidas sobre a ocupação romana do lugar: peças de cantaria, a base de uma *columna*, etc. Quanto à funcionalidade do compartimento encontrado, tudo indica que ele fez parte senão de uma *Villae*, pelo menos de um *Casal* romano existente no lugar do velho povoado castrejo. Tal parece confirmado pela dupla parede de muralha, de sólida construção, que circunda a estrutura castreja original. O compartimento romano tem cerca de 7 metros de comprimento e é de largura indefinida. Pela presença daqueles elementos de *dolium*, estamos certamente perante uma loja onde se armazenavam cereais e líquidos (vinho). Ladrilhado em xisto, foi descrito como possuindo um rebaixo em forma de rabo de peixe, possivelmente componente de um lagar⁴⁶. Por isso, compreende-se a lenda, passada de geração em geração, de que no lugar vivia um romano que aí fazia vinho. No entanto, os achados permitem-nos com certeza falar de um conjunto de carácter agrícola e doméstico daquela estrutura que se espelha não só nos *dolium* para armazenamento de vinho, cereais e azeite, mas que se prolonga nas 5 mós manuais em pedra e nos pesos de tear e cossoiros, encontrados na revolução das terras da encosta do Noval. Continua nos dois pedaços de mó em granito, também aí encontrados em 1901⁴⁷. Na realidade, matéria-prima para o fabrico de vestuário não faltava. Era a lã dos rebanhos de ovinos que demandavam o planalto de Alijó, em época de transumância, e o linho cultivado nas lameiras. No cimo do Noval encontraram-se igualmente vestígios cerâmicos construtivos: *tegulae*, *imbriques* e *tijolos*, elementos que traduzem o uso de tijoleira no pavimento das construções romanas da quinta. Alfinetes, fíbulas, uma placa de cinturão, decorada com um leão, no que parece ser um aplique de vaso de bronze. Foram encontradas 93 moedas da época romana, 5 que apresentam cronologia entre o Imperador Augusto e Antonino Pio e 88 datáveis da primeira metade do século IV⁴⁸, que tornam evidente a longa vida do povoamento romano do Noval e não deixam dúvidas de que o território hoje ocupado pela propriedade captou o interesse dos povos colonizadores da Península.

Trata-se de uma quinta de produção vinícola, documentada desde o século XVII. É que se de facto, a referência documental mais antiga ao vinhedo da quinta remonta a 2 de Março de 1715 e consta do processo de habilitação patrimonial de Francisco Álvares Taveira para abade da freguesia de Gouvães, do couto de Provesende, pertencente à Igreja de Braga. Nesse mesmo documento Maria Ribeira, mãe do clérigo e viúva de Manuel Taveira disse, no dote de património que fazia ao seu filho, que os bens com que o dotava tinham pertencido aos seus pais e avós⁴⁹, o que remete a existência da propriedade descrita como “Uma vinha onde chamam o Noval, limites do povo e mais um chão de terra pegado que levava doze alqueires de pão de sementeira, que partia com o Doutor Juiz Pinto de Azevedo e da outra com Francisco João, avaliado em 150\$000 réis e que rendia 12\$000 réis”⁵⁰ para o século XVII.

⁴⁵ SEVERO, Ricardo – “O Castro de Vilarinho de Cotas”. In *Portugália*. Porto, 1905-1908, pp. 263-269.

⁴⁶ ALMEIDA, Carlos Brochado de – “Alguns apontamentos sobre a estação arqueológica de Vilarinho de Cotas – Alijó”. In *Douro – Estudos & Documentos*, Ano I, 1996, n.º 1. Porto: GEHVID, p. 266.

⁴⁷ SEVERO, Ricardo – “O Castro de Vilarinho de Cotas”. In *Portugália*. Porto, 1905-1908, pp. 263-269.

⁴⁸ Idem, *Ibidem*, p. 268.

⁴⁹ UM-Arquivo Distrital de Braga – Fundo Mitra Arquiepiscopal de Braga, Patrimónios Eclesiásticos – Proc.º 8902, fl. 10.

⁵⁰ UM-Arquivo Distrital de Braga – Fundo Mitra Arquiepiscopal de Braga, Patrimónios Eclesiásticos – Proc.º 8902, fl. 11v.



Fig. 8 – Quinta do Noval. Gravura extraída de *O Douro Ilustrado*⁵¹.

Outros exemplos poderiam aqui ser apontados para ilustrar a constituição de rotas decorrentes de recursos turísticos que são transversais às duas regiões, onde a partir de uma matriz de ordem económica e cultural, o plantio da vinha e a produção de vinho, se devem associar os vestígios de lagares cavados na rocha, de épocas diferentes e de formatos também diversos, descritos em vasta bibliografia⁵².

5.1. A presença de Cister no Douro

Como nos Vinhos Verdes, foi igualmente importante a presença cisterciense no Douro, mais um traço de união entre as duas regiões vinhateiras. Relativamente ao Douro, desde 1999 que este assunto tem merecido a maior atenção dos historiadores⁵³ que salientaram, à luz do que era possível conhecer nessa altura, revisitando-se bibliografia específica sobre a presença cisterciense em Portugal e em terras do Douro.

A presença civilizacional cisterciense tem ainda hoje marcas visíveis neste território vinhateiro. De facto, as casas monásticas de Tarouca, Salzedas e São Pedro das Águias, legaram à região duriense vastos e valiosos patrimónios. O percurso dos seguidores de São Bernardo por toda a Europa arrastou consigo a experimentação agrícola e a vinha e o vinho contam-se entre os produtos essenciais que cultivaram. Atrevemo-nos mesmo a dizer que, desde a presença romana na Europa e em Portugal, não

⁵¹ VILA MAIOR, Visconde de Vilarinho de– *Douro Ilustrado*. Porto: Magalhães e Moniz, Editores, 1876.

⁵² Citamos os casos publicados na *História do Douro e do Vinho do Porto*. Porto: Edições Afrontamento, Vol. I, p. 384 e seguintes e para a Região dos Vinhos Verdes, coligidos por nós próprios em CARDOSO, António Barros – *Vinhos Verdes – A Região, a História e o Património*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, 2016, pp. 61-63.

⁵³ *Cister no Vale do Douro*. Porto: Edições Afrontamento – GEHVID-Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto, 1999.

houve contributos que se assemelhassem aos que os cistercienses nos legaram. De facto, das granjas monásticas nasceram no Douro algumas das principais “quintas históricas” qualificativo que lhe atribuímos a unidades de produção vinícola plantadas anteriormente às demarcações do território duriense no século XVIII que originaram a região vinhateira demarcada e regulamentada mais antiga do mundo. Salientamos que é nas atuais sub-regiões do Baixo-Corgo e do Cima Corgo que podemos encontrar as principais marcas de Cister na viticultura Duriense, como se pode constatar no mapa:



Nele estão representadas, antigas granjas cistercienses que originaram algumas das mais importantes unidades de produção vitícola na Região Duriense e que têm por isso um lastro histórico relevante no plano do enoturismo nacional. São mais de mil anos de história que se concentram num cálice de Porto bebido na Quinta de São Pedro das Águias, fundada originalmente por beneditinos (século XI) na freguesia de Paradela, vizinha das terras da atual quinta. Tratou-se do velho eremitério que acabou por dar nome à quinta (S. Pedro das Águias), que a partir de 1205 se fidelizou à Ordem de Cister⁵⁴. Construído junto a uma encosta ravinhosa, este cenóbio foi mas mais tarde abandonado quando os monges preferiram aproveitar um local próximo de uma linha de água, que reunia melhores condições para edificarem um novo mosteiro que tomou o nome que ainda hoje ostenta: *Quinta do Convento de S. Pedro das Águias*.

⁵⁴ RODRIGUEZ Torre, José Inácio de la – “Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro”. In *Cister no Vale do Douro*. DIAS, Geraldo Coelho (Direção de). Porto: GEHVID/Afrontamento, 1998, p. 116.



Fig. 9 – Quinta do Mosteiro de São Pedro das Águias.

A fundação deste cenóbio encerra um património imaterial que, à semelhança de outras lendas, arrasta consigo cavaleiros cristãos cujo coração foi preso pelos amores de princesas mouras, enredados em feitiços que a persistência da história oral fez chegar até nós. Continuavam até há bem pouco tempo a ser propagandeadas de geração em geração nas sapatas das lareiras onde os capões de vides secas a arder aqueciam as noites de inverno nas casas de lavoura circundantes. Os moradores são por isso património vivo da cultura regional duriense. O pai de Afonso Henriques passou a primeira carta de couto a São Pedro das Águias⁵⁵, mais tarde referenciada nas Inquirições de D. Afonso III que a validaram⁵⁶. Já no século XVIII a família Távora tentou controlar os territórios do mesmo cenóbio, fonte de importantes rendas e localizados no centro das suas propriedades dominiais⁵⁷. Desde 1761 que estas terras obtiveram o qualificativo de aptar para produzirem vinhos de Feitoria⁵⁸. Nos inícios do século XIX a quinta de São Pedro das Águias despertou a atenção de um verdadeiro esperto na época em escolher terras de produção vitícola de elevada qualidade na região duriense, falamos de António Bernardo Ferreira, tio e sogro de D. Antónia Adelaide Ferreira⁵⁹ que arrendou a quinta em 1818⁶⁰. Ainda conseguiu fazer prosperar a produção entre 1820 e 1834, contudo na sequência das perturbações que devastaram o Douro no período da “guerra dos irmãos inimigos”, o mosteiro e a quinta sofreram danos significativos⁶¹. A odioso das populações rurais acumulado ao longo do tempo pelo peso dos foros explode de forma devastadora que não poupou os estabelecimentos religiosos. A par da cobertura oficial (nacionalização dos bens das ordens religiosas), os populares reagiram violentamente lançando fogo aos cartórios dos conventos. Assim aconteceu em 1836 no Mosteiro de S. Pedro das Águias⁶², onde só a igreja escapou ao incêndio.

⁵⁵ Idem, *Ibidem*, p. 113.

⁵⁶ Idem, p. 114.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ Idem, Vol. III.

⁵⁹ LIDDELL, Alex; PRICE, Janet – *Douro: as quintas do vinho do Porto*, 1.ª ed. Lisboa: Quetzal Editores, 1992, p. 67.

⁶⁰ PEREIRA, Gaspar Martins e OLAZABAL, Maria Luísa – *Dona Antónia*. Porto: Grupo BPI/Sogrape/A. A. Ferreira, Porto, 1996, p. 20.

⁶¹ Idem, *Ibidem*, p. 184.

⁶² SILVA, Célia Taborda da – *Movimentos Sociais no Douro no período da implantação do liberalismo (1834-1855)*. Porto: GEHVID, 2007, pp. 274 e 275.

Os cistercienses de São Pedro das Águias estenderam os seus domínios às terras de S. João da Pesqueira onde se incluía Vale de Figueira⁶³. No século XVIII, a agora designada Quinta de Vargellas ficava em terras cistercienses e era formada por três parcelas distintas, pertença de diferentes proprietários: Vargellas de Cima, Vargellas do Meio e Vargellas de Baixo⁶⁴. Atualmente estas três parcelas formam uma única na posse da *Taylor Fladgate & Yeatman*, firma que as adquiriu entre 1893 e 1896. Vargellas de Cima, também designada Quinta do Vale, nos inícios do século XIX a Pedro Gomes da Silva, que a vendeu em 1831, ao tio e sogro de D.^a Antónia Adelaide Ferreira, António Bernardo Ferreira. O neto, seu homónimo, herdou a Quinta de Vargellas por morte da mãe, em 1844.⁶⁵ António Bernardo Ferreira arrendou Vargellas do Meio, em 1831 por seis anos e seis novidades por 350 mil réis ano ao seu proprietário de então, o Conselheiro Sebastião António Gomes de Carvalho⁶⁶. A Casa Taylor, fruto dos investimentos que tem feito nesta antiga granja de Cister junto ao Douro, muito afetada também na década de 70 do século passado pela construção da barragem do Cachão da Valeira, consegue produzir cerca de 200 pipas de vinho do Porto.

Não se fica por aqui a presença de Cister em quintas que hoje ainda produzem boa parte dos grandes vinhos do Douro e Porto. A Quinta das Lages sobranceira à margem esquerda do rio Torto, na periferia de Sarzedinho, lugar da freguesia de Ervedosa do Douro, concelho de S. João da Pesqueira, estava também incluída no domínio do mosteiro cisterciense de S. Pedro das Águias, cujo abade concedeu aos seus moradores carta de foro, em 1227⁶⁷. Hoje está na posse de um dos grupos empresariais familiares mais importantes do Douro, o Grupo Symington, Vinhos SA.

Ainda em terras de Ervedosa do Douro, conta-se entre as quintas cistercienses a do Ventozelo, com 600 hectares, dos quais apenas 190 têm vinha plantada. Nas marcas pombalinas de 1757⁶⁸ e 1758⁶⁹ foi também classificada para produzir vinhos de ramo e só em 1788, nas demarcações ordenadas por D.^a Maria, conseguiu o estatuto de terra de produção de vinhos de Feitoria⁷⁰ para exportação a partir da cidade do Porto. Propriedade do Real Mosteiro de S. Pedro das Águias⁷¹ integrava-se nos vastos domínios daquele mosteiro com expressão nas Vilas de Valença do Douro, Castinheiro e Ervedosa do Douro. Os cistercienses, um pouco por toda a Europa e também entre nós lançam mão do contrato de exploração das suas terras. Foi certamente este o caso da Quinta de Ventozelo que nos surge em 1596, emprazada à Casa do Poço de Lamego⁷² pertencente aos Morgados do Poço, uma das casas mais importantes de Lamego, com diversas ligações familiares à alta nobreza portuguesa⁷³.

⁶³ RODRIGUEZ Torre, José Inácio de la – “Evolução Histórica de Cister no Vale do Douro”. In *Cister no Vale do Douro*. DIAS, Geraldo Coelho (Direção de). Porto: GEHVID/Afrontamento, 1998, p. 159.

⁶⁴ LIDDELL, Alex; PRICE, Janet – *Douro: as quintas do vinho do Porto*, 1.^a ed. Lisboa: Quetzal Editores, 1992, p. 156.

⁶⁵ Idem, p. 157.

⁶⁶ Arquivo A. A. Ferreira – Cx. 635.

⁶⁷ RODRIGUEZ Torre, José Inácio de la – “A visão cisterciense do trabalho”. In *Cister no Vale do Douro*. DIAS, Geraldo Coelho (Direção de). Porto: GEHVID/Afrontamento, 1998, pp.154 e 159.

⁶⁸ FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do Vinho do Porto, 1949, I, p. 62.

⁶⁹ Idem, Vol. II, p. 243.

⁷⁰ FONSECA, Álvaro Baltazar Moreira da – *As Demarcações Marianas no Douro Vinhateiro*. Porto: Instituto do vinho do Porto, 1996, p. 171.

⁷¹ RODRIGUEZ Torre, José Inácio de la – “A visão cisterciense do trabalho”. In *Cister no Vale do Douro*. DIAS, Geraldo Coelho (Direção de). Porto: GEHVID/Afrontamento, 1998, p. 159.

⁷² MONTEIRO, Manuel – *O Douro. Principaes Quintas, Navegação, Culturas, Paisagens e Costumes*. Porto, 1911, p. 89.

⁷³ AZEVEDO, Correia de – *Brasões e casas brasonadas do Douro*, (s.l., s.n), 1974, p. 79.



Fig. 10 – Quinta do Ventozelo.

No mapa com que iniciámos este capítulo, prevalece uma concentração de propriedades de raiz cisterciense no vale de Cambres, fronteiro à cidade da Régua, foi também domínio cisterciense. Nele destacamos a Quinta da Pacheca, emprazada a Bastião Pereira, do lugar de Pomarelhe, pelo mosteiro de S. João de Tarouca, em Maio de 1551 por 250 réis ao ano⁷⁴. Tratava-se da vinha denominada de Peradanta, situada imediatamente abaixo de Tourais⁷⁵.



Fig. 11 – Quinta da Pacheca.

Esta propriedade foi das primeiras a engarrafar vinhos no Douro com marca própria e a explorar a vertente do enoturismo com grande sucesso, materializado no prémio internacional *Best of Wine Tourism*

⁷⁴ LIDDELL, Alex; PRICE, Janet – *Douro: as quintas do vinho do Porto*, 1ª ed. Lisboa: Quetzal Editores, 1992, p. 48.

⁷⁵ FAUVRELLE, Natália – “Quintas do Douro. As Arquiteturas do Vinho do Porto”. Cadernos da revista *Douro – Estudos & Documentos*, Gehvid, 2001, p.125.

– 2006 e na construção do *The Wine House Hotel Quinta da Pacheca*, totalmente dedicado ao turismo gastronómico e enológico.

A Quinta dos Varais, igualmente situada na margem esquerda do Douro, em Cambres, pelo menos até 1773 foi um prazo do Convento de Salzedas, ao qual era foreira.

Ainda no Vale de Cambres fica situada uma propriedade que pertenceu aos monges brancos de Salzedas. Trata-se de uma das quintas mais antigas de toda a região, já que a sua idade remonta aos alvares da nacionalidade. De facto, o Paço e Torre de Monsul pertenceram a D. Afonso Henriques que os doou a Pedro Viegas que, em 1201, com a autorização do rei, vendeu a D.^a Teresa Afonso a viúva de Egas Moniz, figura incontornável da História de Portugal, fiel escudeiro e amigo do nosso primeiro monarca⁷⁶. Foi D.^a Teresa Afonso, fundadora do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, quem doou a Quinta de Monsul aos cistercienses daquele cenóbio⁷⁷. Sucederam-se depois os arrendamentos da quinta, contando-se entre os mais antigos arrendatários D. Afonso de Vasconcelos e Menezes, 1.º Conde de Penela, em 1331, quando a propriedade ainda era designada por *Granja do Moçullo*⁷⁸. Em 1469, a quinta foi emprazada a Gonçalo Afonso Coutinho e a sua mulher Beatriz Dias, dotada já de lagares⁷⁹. Uma visita a Monsul transporta-nos para um passado longínquo. Assim, o antigo tanque ainda ostenta a data de 1469 esculpida na pedra⁸⁰. No mesmo rossio situa-se uma capela quinhentista, instituída por Gaspar de Carvalho Lucena e Leonor Gouveia Leitão. No interior da mesma há a salientar o arco-cruzeiro que dá acesso à capela-mor, e abundantes inscrições que ilustram os fastos da capela, os túmulos e os bonitos azulejos que cobrem as paredes. Sobre o arco da entrada, igualmente de volta inteira e coroadado por duas ameias e uma sineira, assenta o Brazão de armas dos Guedes de Vasconcelos, referindo o ano de 1559. Mas a presença cisterciense continua bem viva hoje no Vale do Douro na Granja da Folgosa, em Armamar, fundada pelos cistercienses de Salzedas, hoje denominada Quinta dos Frades, ou nas famosas Quinta das Caldas do Moledo e Quinta do Porto, ambas foreiras ao mosteiro de São João de Tarouca.

CONCLUSÕES

Entre as duas regiões vinhateiras mais importantes do norte de Portugal, há eixos de progressão comuns, assentes no conhecimento da sua história que deverão ser utilizados enquanto recursos turísticos de valia superior, pelo lastro patrimonial que consigo arrastam. Não faltam entre elas pontos de ancoragem para ajudar a definir trilhos, rotas, roteiros temáticos que, baseados na economia agrária, ligada aos vinhos que produziram e continuam hoje a produzir. Eles foram e são o sustentáculo da manutenção dos patrimónios gerados, materiais ou imateriais, que sulcam o espírito de quem visita estas regiões. A História como saber cumulativo e por isso em constante ampliação saberá aumentar o conhecimento de que hoje somos portadores sobre estes espaços onde se entrecruzam as presenças civilizacionais romana e cisterciense, plasmada em emblemáticas unidades de produção que chegaram até nós e que só uma correta leitura da paisagem no sentido mais amplo permite valorizar.

⁷⁶ FAUVRELLE, Natália – “Quintas do Douro. As Arquiteturas do Vinho do Porto”. Cadernos da revista *Douro – Estudos & Documentos*, Gehvid, 2001, p. 138.

⁷⁷ Idem, *Ibidem*.

⁷⁸ Idem.

⁷⁹ Idem, p. 65.

⁸⁰ FAUVRELLE, Natália – “Quintas do Douro. As Arquiteturas do Vinho do Porto”. Cadernos da revista *Douro – Estudos & Documentos*, Gehvid, 2001, p. 138.